

Carina Guímaro

Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

Carina Guímaro

Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar

Universidade Fernando Pessoa

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2019

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Licenciatura em Criminologia

Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar

A Aluna

(Carina de Fátima Mendes Guímaro)

Projeto de Graduação apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, como parte dos requisitos para obtenção do Grau de Licenciatura em Criminologia, sob a orientação do Professor Doutor Luís Santos.

Resumo:

O abuso sexual é um dos crimes mais complexos e de elevada prevalência em Portugal e no mundo. Este acarreta consequências nefastas e duradouras para as suas vítimas, assim como danos ao nível do desenvolvimento físico e psicológico muito grave. O presente projeto tem como principal objetivo prevenir, alertar e preparar os menores para eventuais situações de abusos sexuais. Consiste na elaboração de uma ação de sensibilização, em conjunto com professores especializados em educação sexual, a ser apresentada numa escola a alunos do segundo ciclo do ensino básico.

Palavras-Chave: Abuso Sexual, Menores, Família, Escola, Prevenção.

Abstrat:

Sexual abuse is one of the most complex crimes of high prevalence in Portugal and in the world. This has harmful and lasting consequences for its victims, as well as very serious damage to their physical and psychological development. Therefore, it is important to have a more in-depth research on this problem. This project aims to prevent, alert and prepare minors for possible situations of sexual abuse. It consists in the elaboration of an awareness action, together with teachers specialized in sex education, to be presented in a school to students of the second cycle of basic education.

Keywords: Sexual abuse, minors, family, school, prevention.

Agradecimentos

Com a finalização deste Projeto de Graduação não posso deixar de agradecer a algumas pessoas que, direta ou indiretamente, me ajudaram nesta caminhada tão importante da minha vida pessoal e profissional.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à Universidade Fernando Pessoa, e a todos os docentes da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, pois sem eles não poderia ter chegado até aqui, nem tido a oportunidade de frequentar nestes três anos a minha licenciatura eleita.

Um agradecimento especial à orientação do Professor Doutor Luís Santos, que se disponibilizou, sempre, durante a elaboração do presente Projeto de Graduação e por todas as ideias e todos os conselhos que me deu. Obrigada pela pessoa e profissional que demonstrou ser. Foi um privilégio ser sua orientanda.

Aqui presto ainda um agradecimento especial à minha companheira e amiga destes últimos três anos, Eunice. Revelou-se para além de uma excelente colega de trabalho, também uma grande amiga que espero levar para toda a vida. Obrigada pela ajuda, pelo apoio, como por todo o companheirismo ao longo da licenciatura.

E não poderia deixar de fazer um agradecimento muito especial ao meu namorado, que sempre me apoiou de forma compreensiva e motivadora. Obrigada por me teres feito sempre sentir capaz de superar qualquer adversidade estando a meu lado a 100%. Obrigada por seres o pilar da minha vida.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à minha família que sem ela dificilmente conseguiria chegar até aqui. Por estarem sempre lá para me amparar, para me criticar, para me congratular fazendo-me sentir uma pessoa melhor. Obrigada Mãe, Pai e Mana.

A todos, muito obrigada!

Índice Geral

Introdução	11
CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1. Enquadramento legal do crime: Abuso sexual de crianças	14
2. Pedofilia <i>versus</i> Abuso sexual	17
3. Características do abuso sexual de crianças	20
3.1 Género das crianças	20
3.2 Idade do abuso	21
3.3 Relação da Criança com o Agressor	21
3.4 Características do Agressor.....	22
3.5 Tipos de Abuso Sexual	26
3.6 A denúncia	26
4. Consequências para as vítimas de abusos sexuais	27
5. Abuso Sexual Intrafamiliar	29
6. Características das famílias abusadoras	30
7. Estatísticas.....	32
CAPÍTULO II – CONTRIBUIÇÃO EMPÍRICA	34
2. Metodologia	35
2.1 Proposta de intervenção	35
2.2 Objetivo Geral.....	36
2.3 Objetivos Específicos	37
2.4 Método	37
2.5 Participantes.....	38
2.6 Instrumentos e Materiais.....	39
2.7 Procedimentos.....	39
3. Apresentação e Discussão dos Resultados Esperados.....	40
Conclusão	42
Referências Bibliográficas.....	44
ANEXOS.....	49

Índice de Siglas

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CP – Código Penal

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e de Jovens

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DSRN – Direção de Serviços da Região Norte

RASI – Relatório Anual de Segurança Interna

SSI – Sistema de Segurança Interna

Índice de Anexos

Anexo A – Sistema de Segurança Interna (n.º de detidos, inquéritos iniciados)

Anexo B – Sistema de Segurança Interna (escalão etário, relacionamento autor/vítima)

Anexo C – Questionário das crianças sobre abuso sexual

Anexo D – Pedido de Submissão à Comissão de Ética

Anexo F – Pedido de colaboração ao Agrupamento de Escolas Emídio Garcia

Anexo G – Consentimento informado/Autorização para participação

Introdução

O abuso sexual de crianças e adolescentes é entendido, atualmente, como uma das maiores ameaças ao bem-estar e segurança das crianças e jovens. Considerado, a nível mundial, como uma forma de mau trato, quer físico, quer psicológico, sendo um evento traumático com um importante impacto negativo, a curto, médio e longo-prazos, não só para as vítimas, como também para a família e comunidade (Garbarino, 1991; Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005). As crianças são, regra geral, alvos especialmente mais vulneráveis pelo facto de serem pequenas, dependentes e indefesas (Canha, 2003). Devido ao fator idade, as crianças dispõem de menos recursos para escapar e resistir ao ataque dos agressores e às múltiplas formas de violência a elas perpetrada. Para além de ser uma testemunha silenciosa em tantas situações de violência, a própria criança é um alvo preferido dos agressores no seio familiar (Lourenço & Carvalho, 2000).

Face ao exposto, a prevenção primária do abuso sexual torna-se fundamental de forma a diminuir a incidência de casos de abuso sexual, procurando aumentar os conhecimentos das crianças sobre esta problemática, tornando-as mais resilientes e consciencializar a sociedade sobre o que fazer, quando o abuso for inevitável (Maria & Ornelas 2010). Prevenir não é colocar na criança a responsabilidade de evitar o abuso, mas sim dotá-la de conhecimentos e capacidades para identificar contactos físicos inadequados, saber expressar diferentes emoções e saber pedir ajuda (Aguilhas, 2016). A literatura indica que programas de prevenção primária eficazes envolvem os pais/cuidadores, recorrem a estratégias de exposição comportamental, são abrangentes à comunidade, envolvendo os vários contextos sociais em que a criança se insere e realizam-se ao longo de diversos momentos (Ornelas & Moniz, 2011). Por isso, é de importância extrema elaborar programas de prevenção eficazes para diminuir este crime, uma vez que em Portugal há uma elevada escassez de materiais de prevenção primária do abuso sexual.

Posto isto, o presente projeto de graduação está dividido em dois capítulos: um primeiro, referente ao enquadramento teórico, e um segundo, dedicado à contribuição empírica. Assim, depois de um breve enquadramento legal deste tipo de crime, explica-se a diferença entre abuso sexual e pedofilia a partir de vários contributos, apresentando ainda uma breve evolução histórica dos conceitos. A parte central do projeto remete para as características do abuso sexual de crianças, discriminando o género das crianças,

a idade do abuso, a relação da criança com o agressor, os tipos de abuso sexual e como é normalmente feita a denúncia destes casos. Ainda neste capítulo apresentam-se as consequências para as vítimas de abusos sexuais, uma descrição mais específica do abuso sexual intrafamiliar e consequentemente as características das famílias abusadoras, assim como algumas estatísticas referentes a este crime e os programas de prevenção existentes em Portugal.

Na contribuição empírica, apresenta-se uma proposta de um programa de prevenção que visa dotar as crianças de conhecimentos sobre o abuso sexual de crianças e promover competências para identificar situações abusivas, e desta forma combater o abuso sexual. Apresenta-se os objetivos geral e específicos do programa, o método escolhido para o seu desenvolvimento, assim como os participantes, os instrumentos e materiais e procedimentos necessários. Por fim, faz-se uma breve apresentação e discussão dos resultados esperados.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Enquadramento legal do crime: Abuso sexual de crianças

O conceito de abuso sexual tem sofrido uma grande evolução a nível legal. Até 1852 os crimes sexuais, como atualmente são denominados, estavam inseridos no âmbito dos “crimes morais”, por estes atentarem contra a formação da moralidade social. Definidos assim, quer no Código Penal (CP) de 1852 como no CP de 1886 como “crimes contra a honestidade”, uma vez que se protegia a “honra sexual da mulher contra a desfloração por meio de sedução” (Alves, 1995).

Já em 1982, assistimos a uma progressiva passagem da proteção de bens sociais para bens tido como individuais. Pois foi no CP deste mesmo ano que passou a ser denominado este crime como “Crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade”, entendendo-se que o bem jurídico tutelado em tais tipos legais era a honra e a formação moral da vítima.

Na revisão de 1995, a qual foi a que sofreu uma mudança mais radical, foram chamados de “Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual” e estão enquadrados nos “Crimes contra as pessoas”. Sendo assim concedido no Título reservado aos crimes contra as pessoas, um capítulo autónomo aos crimes sexuais. Com esta revisão do CP (DL 48/95), os crimes sexuais saíram do capítulo destinado aos fundamentos ético-sociais da vida social. Presumindo-se, assim, que o bem jurídico tutelado é o direito a dispor livremente da sua sexualidade e não, como anteriormente estipulado, a honra ou a formação moral da vítima (Alves, 1995).

Por sua vez, a diferenciação entre crimes contra a liberdade sexual e os crimes contra a autodeterminação sexual diz respeito à irrelevância do acordo da vítima, passando a ser crucial a imaturidade desta e a sua incapacidade de consentimento. O facto de o valor tutelado ser a autodeterminação sexual significa que se considera que abaixo dos 14 anos as vítimas, atendendo à idade, não detém a capacidade de se autodeterminar sexualmente, pelo que, mesmo na ausência da utilização de qualquer meio violento, de coação ou fraudulento, tais atos são suscetíveis de prejudicar o seu livre desenvolvimento (Carmo, 2000).

Com isto, algumas discussões se levantaram em torno da especificação quer do sexo da vítima, quer do sexo do agressor e da sua respetiva punição neste tipo de crime. Chegou-se mesmo a considerar, no debate da revisão de 1995 que, sendo a vítima menor do sexo masculino e o agente agressor do sexo feminino, esta deveria ser punida

mais severamente do que o homem que seduz um menor do sexo masculino para sodomia (Alves, 1995). No entanto, a referência ao sexo feminino desapareceu da versão final aprovada e ao mesmo tempo incluiu-se o coito anal ao lado da cópula. Assim, o menor vítima deste crime pode agora ser de ambos os sexos e, quer a mulher quer o homem ofensor, são punidos de igual modo.

No que diz respeito à punição dos atos exibicionistas (art.º 172º, alínea a) do CP), discutiu-se o facto de estes atos só serem puníveis quando fossem adequados a “impressionar fortemente o menor”. Do mesmo modo, as conversas obscenas e os escritos, objetos ou espetáculos pornográficos sobre menor de 14 anos só seriam relevantes se produzidos “com o fim de o excitar sexualmente”. Esta exigência do legislador prendia-se com o facto de se evitarem excessos, pois de outra forma poder-se-ia ir longe de mais, punindo o nudismo, por exemplo, ou ainda o banho dos pais perante os filhos. No entanto, entendeu-se que qualquer ação do tipo especificado deveria relevar, o que se mantém no CP.

Assim, se o bem tutelado passa a ser a “Autodeterminação Sexual” significa que se considera que com menos de 14 anos as vítimas não têm capacidade de se auto determinar sexualmente, sendo que, mesmo que não exista violência ou coação, os atos são considerados como prejudiciais para o seu desenvolvimento (Carmo, 2000). Neste contexto não se especifica o sexo quer da vítima (podendo o menor ser de ambos os sexos) quer do/a agressor/a, sendo quer o homem, quer a mulher agressora, puníveis da mesma forma.

Em 1998 foi realizado um aditamento em que se incluíram duas alíneas inexistentes no CP anteriores, que dizem respeito à utilização de menores de 14 anos em fotografias, filmes, gravações pornográficas ou à exibição ou cedência destes materiais. Desta forma, passou a ser punido de forma mais severa aqueles que para além de prejudicarem os menores no seu desenvolvimento, o fazem com intenção de lucrar em termos económicos, com essa situação. Esta alteração foi impelida pelas recomendações do Conselho de Ministros dos Estados Membros da União Europeia de 1991, que aconselhava os Governos a reverem as suas legislações no que se referia a este aspeto, pelo facto do crescente número de sites de exploração sexual de crianças (Almeida, 2003).

Foi com este aditamento, realizado no CP em 1998, que se passaram também a verificar alterações nos registos da justiça e das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo de forma a permitir o conhecimento mais aproximado do número de vítimas identificadas (GEPMJ, 1993, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 2000, cit. por Almeida, 2003). Verificamos assim que como a legislação e os valores de determinada comunidade se inter-relacionam e influenciam mutuamente, à medida que a comunidade vai valorizando o fenómeno dos abusos sexuais de crianças, a legislação vai procurando responder de forma mais adequada, o que, por sua vez, vai ter impacto na sociedade, criando um ciclo interativo.

Atualmente, o crime de abuso sexual insere-se no artigo 171º do CP (2018) no capítulo V dentro dos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual. Mais especificamente na secção II - crimes contra a autodeterminação sexual. Designa-se abuso sexual de crianças e tipifica diversos comportamentos penalmente puníveis a que corresponde também penas diversas. O artigo 171º estabelece que:

1 - Quem praticar ato sexual de relevo com ou em menor de 14 anos, ou o levar a praticá-lo com outra pessoa, é punido com pena de prisão de um a oito anos.

2 - Se o ato sexual de relevo consistir em cópula, coito anal, coito oral ou introdução vaginal ou anal de partes do corpo ou objetos, o agente é punido com pena de prisão de três a dez anos.

3 - Quem:

a) Importunar menor de 14 anos, praticando ato previsto no artigo 170.º; ou

b) Atuar sobre menor de 14 anos, por meio de conversa, escrito, espetáculo ou objeto pornográficos;

c) Aliciar menor de 14 anos a assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais; é punido com pena de prisão até três anos.

4 - Quem praticar os atos descritos no número anterior com intenção lucrativa é punido com pena de prisão de seis meses a cinco anos.

5 - A tentativa é punível.

O artigo 177º, nº1, al.a) do CP menciona as agravações do limite mínimo e máximo que existem não só, mas também, para os crimes de abuso sexual, nomeadamente, “se a

vítima for ascendente, descendente, adotante, adotado, parente ou afim até ao segundo grau do agente”. Ainda, “se encontrar numa relação familiar de coabitação, de tutela ou curatela, ou de dependência hierárquica, económica de trabalho do agente e o crime for praticado com o aproveitamento desta relação”, segundo o art.º 177º, nº1, al.b). É de realçar o nº 5 do mesmo artigo no qual a pena é “agravada de metade, nos seus limites mínimo e máximo, se dos comportamentos aí descritos resultar gravidez, ofensa à integridade física grave, transmissão de agente patogénico que crie perigo para a vida, suicídio ou morte da vítima” (Código Penal, 2018).

2. Pedofilia *versus* Abuso sexual

É inevitável quando falamos de abusos sexuais não pensarmos em pedofilia, e este é um assunto que convém esclarecer. Podem estar de facto ligadas a pedofilia com casos de abuso sexual, mas não é uma verdade absoluta.

A palavra pedofilia provém de dois termos gregos – *pedeiktos* (criança) e *philia* (atração, amor, apego), refere-se a indivíduos adultos que evidenciem interesse ou mantenham contacto sexual com crianças (Machado, 2013; Silva, Pinto & Milani, 2013; Seto, 2008) e é considerado um fenómeno universal (Araújo, 2004).

Considerado por muitos um ato monstruoso de prazer, e satisfação, foi durante muitos anos e que até ao século XIX intitulada de perversão sexual. Sendo posteriormente chamada de pedofilia com o aparecimento da psiquiatria (Carvalho, 2011). Classificada como um desvio da sexualidade, onde maioritariamente não se verifica o cometimento de crime, contrariando assim a ideia de que ser pedófilo é exercer obrigatoriamente violência sexual a menores.

A pedofilia é considerada um transtorno parafilico, onde a pessoa apresenta fantasia e excitação sexual intensa com crianças pré-púberes, efetivando na prática tais urgências, com sentimentos de angústia e sofrimento. O abusador tem no mínimo 16 anos de idade e é pelo menos 5 anos mais velho que a vítima.

Sendo um distúrbio sexual (Machado, 2013) não existe tipificado no CP Português o crime pedofilia. Existe sim, dentro dos crimes sexuais, como os atos libidinosos contra as crianças, que remetem para o crime quando o pedófilo ao sentir atração e interesse por crianças comete um crime contra elas (Salter, 2009, cit. Silva, Pinto & Milani, 2013).

É o ato que define o crime, assim sendo um pedófilo que por exemplo somente se mantiver no campo das fantasias sexuais com crianças e estas ficarem na sua mente, temos um distúrbio sexual, que só se passar ao ato, pode-se transformar em abuso sexual infantil.

A pedofilia pode de acordo com Monteiro (2012), ser um distúrbio crónico que começa numa idade muito precoce e pode ir até aos 70 anos. Todavia e apesar de a pedofilia ser considerada uma patologia, o pedófilo não é um inimputável perante a justiça, mesmo que alguns deles apresentem algum tipo de alienação mental como afirma Nogueira (2003) cit in Monteiro (2012), pelo que apenas um reduzido número de abusadores sexuais, cerca de 5%, são pedófilos (Lopez, 2005 cit in Monteiro, 2012).

Posto isto, a crença errada da sociedade de que os abusos sexuais de crianças são cometidos por abusadores que se distinguem claramente dos outros indivíduos, com uma forma de vida muito distinta do cidadão “normal”, ou seja, a ideia de que “Os/as abusadores/as são psicopatas e/ou pessoas que têm uma sexualidade direcionada para as crianças”. Como já referimos anteriormente (Finkelhor, 1980) a maioria dos abusadores são pessoas comuns que fazem parte da rede social próxima das crianças. Apesar dos esforços de alguns autores, no sentido de poderem ser identificados com maior facilidade, não foram identificadas características que permitam delinear o perfil dos abusadores de crianças (Tower, 1996).

A importância dada ao abuso sexual começou a salientar-se na década de 70, na época dos movimentos dos direitos das mulheres na qual o foco dos especialistas eram as crianças (Finkelhor, 1986, cit. por Maria, 2012). Em Portugal partir de 2002 tornou-se extremamente visível e segundo as estatísticas oficiais da Direção Geral de Políticas de Justiça, houve um aumento das denúncias e condenações de abuso sexual, motivado pelo caso que ficou conhecido como “Casa Pia” (Ricardo, Barroso e Manita, 2011).

Apesar da evolução ao longo do tempo dos princípios legais e morais continuaram-se a perpetuar os abusos sexuais contra menores (Pfeiffer, Salvagni, 2005).

O abuso sexual caracteriza-se por práticas sexuais por parte de um adulto ou adolescente mais velho para com uma criança, retirando desta satisfação sexual e gratificação (Pfeiffer e Salvagni, 2005). Os dados mostram que as vítimas podem ter uma relação de parentesco ou uma proximidade com o abusador, permitindo uma abordagem entre os intervenientes mais facilitada (Pfeiffer, Salvagni, 2005).

Existem diferentes tipos de violência sexual. Segundo Canha (2000) o processo de desenvolvimento do abuso sexual estrutura-se por fases, sendo o início, o contacto sexual, o secretismo, a descoberta e a supressão, ou seja, considera-se que os abusadores utilizam uma dinâmica de funcionamento específica. O intuito do indivíduo é ganhar a confiança da vítima até conseguir concretizar os seus objetivos. Por isso, inicialmente o abusador pode começar por algo que parece inocente, um toque, uma carícia, mas que tem um significado importante por parte deste e lhe dá confiança para prosseguir com a conquista da vítima. O grau, a intensidade e a duração do abuso, determinará as lesões e os efeitos psicossociais da vítima (Tavares, 2012). A manipulação genital ou anal, exploração sexual, ato sexual com penetração são atos com contacto físico e com penetração. O voyeurismo, pornografia, exibicionismo, assédio são atos sem contacto físico e o sexo oral tem contacto físico mas sem penetração (Pfeiffer, Salvagni, 2005). Segundo Araújo (2004), este ato pode ser praticado através de força física, ameaça e a sedução com palavras/ofertas de presentes.

A definição de abuso sexual não é consensual e, conseqüentemente acarreta várias dificuldades (Sequeira, 2013). Segundo o *National Center on Child Abuse and Neglect* é:

"quaisquer contactos ou interações entre uma criança e um adulto, quando a criança é usada para satisfação sexual do abusador ou de outra pessoa. O abuso pode ser cometido entre menores, desde que o agressor seja significativamente mais velho que a vítima, ou esteja numa posição de poder e controlo sobre a outra criança".

A definição elaborada por Finkelhor (2009) está também destacada na literatura:

"o abuso sexual de crianças inclui todo um espectro de crimes e infrações sexuais a crianças. Esta definição inclui tanto indivíduos conhecidos como estranhos às crianças. Inclui certos tipos de atos de não-contacto físico, tal como exibicionismo e uso de crianças para a produção de pornografia, e tipos de infração de crime sexual como o toque/carícia sexual e atos de penetração".

A definição de abuso sexual tem em consideração duas vertentes fundamentais: a diferença de idade entre agressor e vítima (igual ou superior a cinco anos) e os comportamentos sexuais específicos que podem envolver contacto físico, como por exemplo, as carícias, o sexo oral, tocar nos órgãos genitais da criança, penetração de dedos, objetos ou pénis. Por outro lado, não abranger o contacto físico, como por exemplo, as fotografias ou vídeos, exibicionismo, assédio e forçar a criança a tocar-se ou a tocar no agressor.

3. Características do abuso sexual de crianças

3.1 Género das crianças

O abuso sexual de crianças associa-se a diferentes características como o sexo, etnia, falta de respeito, interação sexual e limitação na idade sendo, por isso, praticado em qualquer lugar (Quintino e Beluco, 2016). O agressor poderá escolher a criança como vítima por ser um alvo fácil, fraco, disponível ou vulnerável e devido ao facto de não ter capacidades de interagir facilmente com os adultos (Lanning, 1994).

De acordo com a literatura em geral, surge que a prevalência deste crime é superior no género feminino (entre 18% e 20%) relativamente ao género masculino (8%) (Stoltenborgh, Izendoorn, Euser & Bakermans-Kranenburg, 2011). No artigo publicado por Finkelhor (1994), em que se procurou apresentar dados internacionais sobre a prevalência e características dos abusos sexuais de crianças, verificou-se também essa tendência, que a média de casos denunciados, neste caso cometidos por familiares das crianças, era de 34% contra crianças do sexo feminino e 18% contra crianças do sexo masculino.

Wellman (1993) conclui que as taxas de prevalência mais elevadas nas mulheres prendem-se com facto da associação de determinadas crenças a cada género impostas pela sociedade, à forma como esta associa algumas atitudes a um determinado género no que diz respeito ao modo como se deve comportar, e que influencia também as suas formas de sentir e de pensar. Neste sentido, e partindo do princípio que o papel da mulher é encarado como uma figura cuidadora, dependente e frágil, estas características conferem-lhes maior vulnerabilidade face ao abuso sexual, comparativamente com os homens. Ainda, num estudo realizado por Price et al. (2001) sobre as perceções do público sobre os abusos sexuais de crianças, verificou-se que os participantes consideram que as meninas correm mais riscos de abuso que os rapazes. Noutra investigação conduzida por Tang & Yan (2004), 40% dos participantes consideram pouco provável que os rapazes sejam vítimas de abusos sexuais. Contudo, acredita-se que a taxa de abuso sexual no sexo masculino tende a ser superior ao exposto nas pesquisas.

A prevalência de abuso sexual no género masculino poderá estar menosprezada devido ao facto dos homens serem menos propensos a revelar o abuso. Este mito é reforçado pelo facto de nas nossas culturas termos dificuldade em ver os elementos do sexo

masculino como vítimas, por outro lado, aos rapazes é passada a mensagem de que eles serão uns “fracos” se não souberem lidar com uma situação abusiva, que têm a obrigação de saber lidar com essas situações (Tower, 2002), o que dificultará a denúncia das situações abusivas por parte dos rapazes. Ainda, culturalmente é admissível, nalguns casos considerado desejável, que um rapaz seja iniciado sexualmente por uma mulher mais velha e mesmo que a criança sinta medo da situação receia que, se lhe chamar abuso, o considerem menos masculino (Tower, 2002).

Posto isto, a ideia de que “Só as raparigas podem ser abusadas”, na verdade tanto os rapazes como as raparigas correm sérios riscos de abusos sexuais, embora as estimativas atuais variem um pouco, com maior incidência para as raparigas, ou seja, estima-se que uma em cada quatro raparigas e um em cada sete a dez rapazes, sejam abusados até à idade adulta. Contudo, as pessoas tendem a assumir que apenas as meninas correm esse risco.

3.2 Idade do abuso

Existem vários os autores que, relativamente à média de idades em que ocorre o abuso sexual infantil, defendem que é mais recorrente entre os 9 e 11 anos (Conte e Berliner, 1995; Gomes-Schwartz, Horowitz, e Cardarelli, 1990, cit. in Paine e Hansen, 2002).

Finkelhor, Hotaling, Lewis e Smith (1990) e Saunders et al., (1999) defendem que o intervalo de idades entre os 7 e os 12 anos é o período mais vulnerável para ocorrer o abuso sexual. Segundo Goldman e Padayachi (1997), tal por ser justificado pelo simples facto das crianças neste intervalo de idade se encontrarem numa fase de desenvolvimento especialmente suscetível à autoridade dos adultos, sendo por isso mais fácil ameaçá-las, coagi-las ou manipulá-las. De acordo com Hewitt (1998) a alta prevalência nesse período de idades pode ainda dever-se ao facto das crianças não terem a capacidade de revelar os abusos, e identifica-los com tal, dada a sua imaturidade para reconhecer e expor a situação sexualmente abusiva.

3.3 Relação da Criança com o Agressor

A ideia de que os abusos advêm apenas de pessoas estranhas à vítima continua a ser a informação privilegiada que os pais e professores passam às crianças no sentido de as protegerem dos abusos (Kenny & Wurtele, in press). Segundo Tower (2002) este continua a ser um dos clássicos mitos associados aos abusos sexuais de crianças, a ideia

de que os abusos sexuais são sobretudo cometidos por estranhos. Num estudo realizado em que se analisou a forma como os pais preparam as suas crianças para o perigo, verificou-se que 90% dos pais preparam sobretudo as suas crianças para o “stranger danger” (Wurtele, Kvaternick & Franklin, 1992). Contudo, a realidade demonstra-nos que entre 75% e 85% dos abusadores/as são membros da família da vítima ou conhecidos/as desta. No estudo realizado por Finkelhor (1980) com estudantes, 75% das participantes relataram terem sido abusadas por pessoas que elas conheciam, sendo que 44% eram membros da família (tios, avós, cunhados, pais e irmãos). Estas crianças foram abusadas não por estranhos, como são habitualmente estereotipados, mas sim por pessoas que fazem parte das suas redes sociais próximas (Finkelhor, 1980).

Ainda no que diz respeito à relação da criança com o abusador, vários autores (Finkelhor, Ormrod, e Turner, 2009) defendem igualmente, que embora a taxa de abusos sexuais de crianças perpetrada por membros da família seja elevada, a maioria dos abusos é cometido por sujeitos conhecidos da criança, mas não familiares.

Finkelhor (1994) verificou que, na maioria dos casos, o agressor é conhecido da vítima. No mesmo sentido, Conte e Berliner (1993) referem que apenas uma minoria dos abusadores são desconhecidos das crianças, sendo que cerca de metade são pessoas conhecidas, embora não sejam membros da família. Pinto da Costa (1990) constatou que, na esmagadora maioria dos casos, o agressor era conhecido das vítimas. De uma forma mais específica verificou que uma minoria dos abusos foram perpetuados pela figura paterna e que cerca de um quarto dos casos analisados o agressor era membro da família (excluindo o pai). A prevalência de abuso sexual intrafamiliar, ou seja, cometido por sujeitos da família da criança, é muito elevada e, de acordo com Conte e Berliner (1993), os abusos cometidos por figuras parentais têm um impacto na criança significativamente mais negativo quando comparado com outro tipo de perpetradores, pois o facto do abusador sexual ter uma ligação familiar com a criança conduz a uma situação abusiva mais complexa, repercutindo-se com danos mais intensos na saúde mental da criança, uma vez que, a pessoa que para si deveria desempenhar um papel de cuidador e de protetor face ao perigo, torna-se o agressor.

3.4 Características do Agressor

Os estudos realizados até hoje sempre se focaram mais nas vítimas, deixando de parte os agressores sexuais. O Diretor-geral Interino da OMS, Dr. Anders Nordström, explica que:

“há muito que a atitude perante os maus tratos infantis é reativa, em vez de ser preventiva. Os dados científicos sobre a prevenção de atos de violência física, sexual e psicológica são já numerosos e chegou o momento de adotar uma nova abordagem, substituindo a reação pela prevenção” (Comunicado à imprensa da OMS em 2006).

Posto isto, torna-se cada vez mais importante analisar o comportamento, a personalidade e a forma de pensar do abusador sexual para que seja mais fácil e eficaz a atuação dos profissionais nesta tipologia de crime (Quintino e Beluco, 2016).

Se o agressor não for denunciado ou identificado, este consegue conviver aparentemente sem suspeição, apesar do impacto que daqui irá futuramente repercutir-se na vida da vítima, podendo até vir a tornar-se também ela, um abusador sexual, pois esta não conseguiu lidar ou ultrapassar o que lhe sucedeu, e assim, falamos na reprodução do comportamento num ciclo vicioso de abusador-abusador (Quintino e Beluco, 2016).

De acordo com Halpérin et al (1996), a esmagadora maioria dos agressores são do sexo masculino. Contudo, Gannon e Rose (2008) e Turton (2010) defendem que o número de abusadores femininos é subestimado, sobretudo pelo facto do abuso sexual ocorrer no contexto das rotinas de “cuidar da criança”, não sendo assim revelado. Nos casos em que esse abuso é percebido, pode ainda acontecer que os profissionais menosprezem esse comportamento e o considerem uma forma de afeto inadequado.

Existem vários tipos de agressores, cada qual com características específicas que os distinguem, nomeadamente, perfis psicológicos diferentes. Apesar de diversificadas características, estes indivíduos podem apresentar em comum transtornos de sexualidade ou da personalidade (Ballint, 1997; Duque, 2012). Assim, como traços comuns do abusador tipo, que descrevem como sendo maioritariamente homens, iniciam o abuso na adolescência e é usada a força física.

Há uma elevada taxa de reincidência deste tipo de agressores, ou seja, mais de metade dos condenados por abusos sexuais, voltam a cometer de novo o crime. Além destas características constata-se ainda a presença de um quadro de consumo de álcool e de estupefacientes (principalmente cocaína), perturbações físicas e mentais, antecedentes de comportamentos socialmente incorretos, insegurança, baixa autoestima, fraca capacidade de lidar com a frustração, maus-tratos na infância (físicos, psicológicos ou sexuais), baixo autocontrolo, baixo nível económico e cultural, são indicadores que se encontram presentes nos indivíduos que cometeram crimes de abuso sexual.

Estes indivíduos podem dividir-se em abusadores adultos e adolescentes. Os abusadores adolescentes têm idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. O abuso pode ser praticado entre um indivíduo mais velho e uma criança, uma criança mais velha e uma criança mais nova (diferença de cinco anos), ou duas crianças da mesma idade mas com um desenvolvimento cognitivo diferente (Manita, 2003).

Segundo alguns dados do Departamento de Justiça dos Estados Unidos os agressores frequentam a escola até ao secundário, têm emprego e só uma baixa percentagem sofre de doença mental severa. Frequentemente constituem família e são heterossexuais, abusando preferencialmente de raparigas em contraposição aos rapazes que acontece em menor número. A maioria não apresenta registo criminal (Habigzang, Koller, Azevedo & Machado, 2005 cit in Monteiro, 2012). Quando estes recorrer ao uso de violência, usando métodos como estrangulamento, ocultação e desmembramento do corpo, nos casos em que leva à morte, este comportamento poderá estar relacionado com as fracas competências interpessoais e sociais do agressor (Lanning, 1994).

Este tipo de agressores podem apresentar comportamentos como mudanças frequentes de trabalho ou de escola, alterações de rotina, baixa responsabilidade ao nível financeiro e condutas antissociais (Quintino e Beluco, 2016). Além dos suprarreferidos, assinalam-se também os elevados níveis de testosterona, a incapacidade de manter uma relação amorosa firme e duradoura, podendo por vezes manter uma relação apenas com o intuito de estar próximo das crianças. Ainda se pode dar o facto de terem sofrido traumatismos crânio-encefálicos, retardo mental, psicoses, excesso de bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas e comportamento obsessivo, que podem levar ao comportamento sexual abusivo.

Os abusadores sexuais delineiam e premeditam ao pormenor a sua ação, podendo demorar meses até passarem ao ato. Estes procuram anular o seu sentimento de culpa e a censurabilidade colocando na vítima a culpa da sua atitude, compreendendo a postura da vítima como provocatória e recetiva para praticarem estes atos. A forma de atuar do agressor é repetida e rotineira, usando as mesmas estratégias para vir a ter sucesso nos seus atos, seja a camuflar e a defender a sua identidade, seja a garantir a fuga para não ser detido.

Conforme Marques (2005) os abusadores sexuais podem ter vários tipos de personalidade:

- a) Carente passivo dependente: má relação com a mãe durante a infância e por isso apresenta sentimentos de abandono. É visto como uma pessoa desagradável e instável, abusando de crianças porque a sua sexualidade ficou presa na infância e acreditando que é mais fácil relacionar-se a este nível.
- b) Carente agressivo devorador: viveu uma instabilidade maternal e ficou com sentimentos hostis e de raiva procurando vingança. É agressivo e atua com a finalidade de punir utilizando, por isso, habitualmente a violência física para impor a sua vontade.
- c) *Borderline*: apresenta dificuldades de se situar no mundo real existindo um fosso entre ele e o outro. Tem sentimentos de alienação abusando porque o outro não existe.
- d) Estrutura perversa: evidencia sadismo para com a mãe, pelo que a sua sexualidade é precoce, perversa e centrada em si. Tem uma imagem de si próprio desmedida, e quando abusa acredita que é agradável para a criança fazendo dele um sedutor e um indivíduo persistente.
- e) Psicopatia da patologia narcísica: apresenta sentimentos de grandiosidade e necessidade de prazer imediato, pelo que algo que faça, é sempre bom para ele.
- f) Paranoia da patologia narcísica: pode apresentar tipologia de crimes diferentes, apresentando relacionamentos essencialmente heterossexuais.
- g) Neurótico: não chega a cometer o crime por falta de coragem, mas refugia-se na pornografia para satisfação sexual.
- h) Deficiente mental: deficiência de causas orgânicas, senilidade, traumas cerebrais ou por medicação. Masturba-se perante a criança e é exibicionista não chegando a praticar o ato.

De acordo com Taveira (2007), torna-se difícil detetar o abuso tendo em conta que existem muitos tipos diferentes de abusadores, pelo que se torna necessário uma intervenção eficaz junto dos abusadores, das vítimas e das famílias, recorrendo-se a exames periciais e a indicadores psicossociais (idade, género, contexto, *modus operandi*, antecedentes criminais). Terá também de se mencionar que os abusadores sexuais poderão usar estratégias específicas para se aproximarem da vítima para não levantarem suspeitas dos seus atos e para que a vítima não conte o sucedido.

3.5 Tipos de Abuso Sexual

Existem várias formas de abuso sexual. De acordo com Finkelhor (1994), cerca de um quarto dos casos envolvem penetração ou contacto oral-genital. De acordo com Gilbert (2009) o contacto sexual, como por exemplo, beijar ou tocar em partes do corpo por cima da roupa, assumem-se como formas abusivas menos graves do que o abuso sexual que envolve penetração (Gilbert et al., 2009). Sublinha-se ainda que vários autores defendem que o abuso sexual que envolve força física, ameaças ou violência têm repercussões mais negativas sobre a criança abusada (Tyler, 2002).

A Organização Mundial de Saúde define violência sexual como:

“qualquer ato sexual ou tentativa do ato não desejada, ou atos para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando repressão, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa independente de suas relações com a vítima, qualquer cenário, incluindo, mas não limitado ao do lar ou do trabalho”.

3.6 A denúncia

De acordo com Chassan-Taber e Tabachnick (1999), na sua maioria, as vítimas não revelam o abuso. São várias as razões que condicionam a vítima a revelar o abuso sexual, nomeadamente o facto de ser recorrente o uso de ameaças e coação por parte do agressor, fazendo uso da autoridade e da sua posição dominante face à criança.

Vários estudos apontam nesse sentido. O estudo realizado por Bruck, Ceci & Shuman (2005) indica que 47% das vítimas levaram mais de 5 anos a contar a alguém que tinham sido abusadas e 28% afirmaram nunca terem relatado a alguém que tinham sido abusadas até à participação no estudo. Resultados semelhantes foram encontrados no estudo realizado por Finkelhor, Hotaling, Lewis & Smith (1990) onde 38% das/os sobreviventes nunca revelaram a situação de abusos sexuais de crianças vivida. Assim, verificamos que apenas 1/3 dos adultos que referem ter sofrido abusos sexuais de crianças, foram identificados como tal durante a infância (Bruck et al., 2005).

O secretismo associado aos abusos sexuais de crianças é reforçado, segundo Tower (2002), da obediência a que as crianças são ensinadas a manter em relação aos adultos e, por outro lado, pelo facto de a nossa sociedade ver as questões relacionadas com o sexo como privadas, o que dá ao abusador uma “boa desculpa” para justificar à criança porque é que ela não deve contar nada a ninguém. A realidade de nem as/os sobreviventes de abusos sexuais de crianças fazerem a denúncia, nem aqueles que as/os

rodeiam conseguirem aperceber-se que as crianças estão a ser abusadas, faz com que este se mantenha como um crime silencioso, o que exige que a comunidade esteja bastante alerta, que desenvolva mecanismos mais eficazes de deteção e que prepare as crianças para a possível denúncia ou reação às tentativas de abusos sexuais de crianças.

Também se dá o facto de por vezes serem os próprios adultos a ocultar o abuso, ao contrário do que se possa pensar, as mães (e/ou outros familiares) silenciam o abuso. As razões podem ser variadas: dependência afetiva e financeira do agressor/a, evitar a exposição da criança e da família, à vergonha, ao processo judicial, entre outras circunstâncias.

4. Consequências para as vítimas de abusos sexuais

Sabe-se que o Abuso Sexual pode ser um acontecimento muito traumática para a vítima, assim como pode trazer consequências nefastas para a sua vida, e estas aumentam com a gravidade do abuso. Este influencia negativamente o desenvolvimento da pessoa, resultando em transtornos mentais, comportamentos sexuais de risco, afetando o bem-estar psicológico, a saúde física, o bem-estar socioeconómico (Fergusson, McLeod & Horwood, 2013) e originando vários tipos de disfunção sexual (Hayes, Dennerstein, Bennet & Fairley, 2008).

O Abuso Sexual pode levar a interrupções na função do sistema nervoso simpático (Hulme, 2011; como citado em Stephenson, Pulverman & Meston, 2014), podendo inibir a excitação sexual (Lorenz, Harte, Hamilton & Meston, 2012), como afetar o sentimento de confiança e segurança, nas relações de intimidade (Leonard & Follette, 2002).

Segundo Filkelhor e Browne (1985; como citado em Carvalho, 2007) existem quatro “dinâmicas traumatogénicas” fundamentais:

- a) Sexualização traumática, resultante do contato precoce e inapropriado com atividades de índole sexual;
- b) Estigmatização, que decorre, por um lado, de sentimentos de vergonha, de diferença e de culpa e, por outro, da divulgação da ocorrência do abuso por parte de familiares, pessoas próximas ou profissionais;

- c) Traição, a criança sente-se traída pelas pessoas em que deposita confiança, das quais depende e espera proteção; e
- d) Impotência, gerada pela incapacidade de controlar uma situação adversa, muitas vezes devido ao uso de força e/ou ameaça.

O impacto dos abusos relaciona-se com o modo como estas dinâmicas estão presentes na situação abusiva e com a forma como são vivenciadas pela criança (Sanderson, 1995; como citado em Carvalho, 2007).

Os indicadores que mais frequentemente são referidos na literatura como consequência da experiência abusiva são:

- a) A nível emocional e comportamental: instabilidade afetiva, ansiedade, sintomatologia depressiva, vivência de sentimentos de medo, culpa, vergonha, raiva, perturbações do comportamento, comportamentos agressivos e disruptivos, conduta antissocial, mentira compulsiva e comportamentos regressivos (Manita 2003; como citado em Carvalho, 2007);
- b) A nível social: dificuldade em estabelecer relações de confiança, evitamento/isolamento social e falta de competências sociais (Manita 2003; como citado em Carvalho, 2007);
- c) A nível físico e somático: lesões genitais ou anais, dor ou prurido vaginal, doença venérea, perturbações do sono (pesadelos e insónias), perturbações alimentares (bulimia e anorexia), perturbações gastrointestinais, dificuldades respiratórias, dores de cabeça e dores musculares (Manita 2003; como citado em Carvalho, 2007);
- d) A nível sexual: comportamentos sexuais inadequados para a idade, conhecimento e linguagem sexual precoce, excesso de curiosidade sexual, masturbação compulsiva, simulação de atos sexuais e expressão de afetos de forma sexual (Manita 2003; como citado em Carvalho, 2007). Parece existir uma especificidade dos distúrbios sexuais ao abuso sexual, sendo que os outros problemas são característicos de qualquer experiência abusiva ou vivência traumática (Alberto, 2004; como citado em Carvalho, 2007).

Os fatores que agravam o impacto do Abuso Sexual têm a ver com a própria experiência abusiva, com as características individuais da criança e com as características do meio

(Fávero, 2003). As atividades sexuais mais intrusivas, que envolvam, por exemplo, penetração vaginal ou anal, contribuem para o agravamento das consequências do abuso. A repetição e o abuso mais prolongado no tempo tende a agravar o impacto traumático, assim como, o abuso ser perpetuado por mais do que um ofensor e as diferenças de idade entre abusador e criança serem grandes. Ainda a estratégia utilizada pelo perpetrador, como a utilização de violência, o uso de força e de coação de caráter emocional ou psicológica, agrava as consequências da experiência abusiva.

A ausência de revelação e o secretismo existente entre a vítima e o abusador é um fator de traumatologia, pois parecem aumentar a estigmatização. Quanto maior é a proximidade afetiva entre o abusador e a vítima, maior será o sentimento de traição de uma relação de confiança, logo, o impacto do abuso será pior, por essa razão, o incesto assume um carácter particularmente traumático (Fávero, 2003). Não obstante, fatores relacionados com o meio, também, contribuem para a intensificação de trauma, nomeadamente o suporte familiar existente. Pois a ausência de figuras de vinculação que transmitam compreensão, proteção e segurança à criança predizem um efeito traumático superior, sobretudo em casos de abuso intrafamiliar. Também vai intensificar o trauma da vítima, a própria reação dos profissionais envolvidos. Estes têm a importante tarefa de dar a certa valorização e reconhecimento do abuso e da criança enquanto vítima, disponibilização de recursos de apoio, pois assim tendem a atenuar as consequências de abuso (Fávero 2003).

Importa referir ainda que, o abuso sexual não envolve somente o agressor e a vítima, mas todo o ceio familiar, sendo que o seu impacto pode repercutir não apenas na vítima mas em todo o sistema familiar (Santos, 2011). Posto isto, a divulgação dos abusos sexuais por parte dos adolescentes às suas famílias tem sido apontado como difícil, por medo de não serem levados a sério, por terem vergonha ou medo dos problemas que tal revelação pudesse causar no meio familiar (Koshima, 1999; como citado em Aded et al., 2006).

5. Abuso Sexual Intrafamiliar

A violência intrafamiliar é aquela vivenciada no espaço doméstico e entre sujeitos com vínculos consanguíneos e/ou afetivos (Ferreira, 2002). Muitos são os conceitos do que vem a ser a violência intrafamiliar. Pode-se conceptualizá-la como sendo qualquer ação ou omissão intencional e sistemática praticada por pais ou responsáveis que privem os

filhos do exercício de seus direitos e de gozar de uma situação de bem-estar, interferindo, por consequência, no seu correto desenvolvimento físico, psíquico e social.

Tendo em consideração a definição de abuso sexual intrafamiliar de Guerra e Azevedo (2000), este é cometido contra a criança como sendo uma “coação exercida por um adulto a ela ligado por laços de parentesco, afinidade ou responsabilidade, com o intuito de levá-la a participar de práticas eróticas”. Em suma, e face às definições acima expostas, podemos afirmar que o abuso sexual é considerado intrafamiliar quando as práticas de índole sexual ocorrem entre familiares, independentemente do seu grau de parentesco.

Tanto o abuso sexual extrafamiliar (ou seja, perpetrado por indivíduos externos à esfera familiar) como o abuso intrafamiliar apresentam diferenças no que diz respeito à gravidade do abuso, ao recurso a violência física e verbal, ao sexo e à idade das vítimas, e à duração do abuso. No que diz respeito à gravidade do abuso, este tende a prolongar-se mais no tempo, verificando maior frequência nos episódios abusivos. Estas ações abusivas que ocorrem no contexto familiar são mais intrusivas (Erickson, Walbert e Videl, 1988, cit. in Fisher e MacDonald, 1998). No entanto, dados fornecidos por Russel (1983) e por Fisher e MacDonald (1998) não são consistentes com esses indícios, apontando que os abusos que ocorrem no contexto familiar tendem a não ser tão graves. Contudo, a escala abusiva que se verifica no abuso intrafamiliar dá, progressivamente, origem à prática de atos sexuais considerados tão ou mais graves que os que habitualmente ocorrem no abuso extrafamiliar (Fisher e MacDonald, 1998).

6. Características das famílias abusadoras

De acordo com dados obtidos através das CPCJ, as crianças vítimas de abusos físicos, negligência ou risco grave por falta de condições educacionais e financeiras da família, são abusadas por pais geralmente iletrados ou com um nível baixo de educação, normalmente com problemas de saúde física ou mental, alcoolismo ou toxicodependência. Magalhães (2002; 2003) refere também como principais características individuais de pais potenciadoras de maus tratos o alcoolismo e a toxicodependência, a perturbação da saúde mental e física, antecedentes de comportamentos desviantes, personalidade imatura e impulsiva, baixo auto controle e reduzida tolerância a frustrações, grande vulnerabilidade ao stress e baixa autoestima, atitude intolerante, indiferente ou excessivamente ansiosa face às responsabilidades

relativas à criação dos filhos, incapacidade de admitirem que o filho foi maltratado e incapacidade para lhe oferecer proteção no futuro, antecedentes de terem sofrido maus-tratos infantis, idade inferior a 20 anos (sobretudo as mães), gravidezes muito próximas, desemprego, inexperiência e falta de conhecimento básicos sobre o processo de desenvolvimento da criança, perturbações no processo de vinculação com o filho, e excesso de vida social ou profissional que dificulta o estabelecimento de relações positivas com os filhos.

Segundo Belsky (1993) pais que maltratam os filhos têm dificuldades em controlar os impulsos, estes apresentam por isso baixa autoestima e pouca competência empática. Canha (2003), aponta como principais fatores favorecedores dos maus-tratos o baixo nível socioeconómico e profissional, agregados familiares numerosos, mães jovens, solteiras ou famílias monoparentais, mudanças frequentes de residência ou imigração, morte ou divórcio, gravidez indesejada, família reconstituída com filhos de outras ligações e a violência doméstica. Wakefield & Underwager (1996) consideram que o número de mulheres abusadoras tem vindo a aumentar, contudo a maioria dos abusadores continuam a ser do sexo masculino.

Relativamente às razões que levam as mulheres a abusar sexualmente de crianças são distintas da do género masculino. De acordo com Wolfe e Korsch (1994), mães solteiras, separadas ou divorciadas, correm maior risco de maltratar os seus filhos e serem elas próprias maltratadas pelos companheiros. Assim, as mulheres que abusam dos seus próprios filhos caracterizam-se como sendo sós, socialmente isoladas, perturbadas, com possível abuso na própria infância e com problemas ao nível emocional. Wakefield e Underwager (1996) verificaram que as condições de extrema pobreza e miséria em que muitas famílias vivem, leva a uma maior frustração pessoal e a uma grande instabilidade emocional, à desumanização de hábitos e de comportamentos, ao desaparecimento dos valores morais e humanos, criando um ambiente favorável à instalação de violência, resultando o maltrato como uma consequência natural.

Em relação aos pais que maltratam os filhos, as dificuldades conjugais crónicas e a desarmonia têm sido fortemente identificadas como fatores que levam a episódios de abuso (Roberts, 1986). Estudos realizados apontam ainda que em cerca de metade dos casos de maus-tratos existe violência conjugal (Almeida, André e Almeida, 2001).

7. Estatísticas

Ao longo dos últimos anos, o abuso sexual de crianças e adolescentes tem revelado uma elevada prevalência no mundo e no contexto nacional, sendo considerado como um dos maiores problemas de saúde pública (Díaz et al., 2000; Maria & Ornelas, 2010).

Só no último ano, a APAV (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima) divulgou segundo as estatísticas anuais do RASI (Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2018) 348 crimes de abuso sexual de crianças.

Segundo o relatório do SSI (Sistema de Segurança Interna) do ano 2018, registaram-se 836 casos de abusos sexuais a crianças, adolescentes e menores dependentes, menos 101 do que no ano de 2017. Detendo-se 113 indivíduos do sexo masculino e 4 do sexo feminino, constituindo assim a maioria das detenções relativas aos crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual, seguindo-se do crime de violação e pornografia de menores (Anexo A). A maior percentagem de inquéritos iniciados nesta tipologia de crimes reporta-se também para o crime de abusos sexuais, representando esta 42,4% do total (Anexo A). Referente ao género predominante dos arguidos, tal como previsto, foi superior para arguidos do sexo masculino (98,1%) sendo os restantes (1,9%) do sexo feminino. Em relação às vítimas, contrariamente ao esperado, a maior percentagem recaiu sobre o sexo masculino (79,1%), existindo assim registadas menos vítimas do sexo feminino (20,9%), contrariando assim, mais uma vez, o pensamento da sociedade (Anexo B). Olhando agora para o escalão etário destes arguidos, a predominância é para indivíduos entre 41-50 anos (19,8%), seguindo-se indivíduos com idades compreendidas entre os 21-30 anos (16,5%), entre 31-40 (14,6%), 51-60 (13,7%), 16-18 (10,4%), 61-70 (7,5%), entre os 19-20 e igual ou superior a 71 anos a percentagem foi a mesma (6,6%) e sem referência de idades correspondeu a 4,2% do total (Anexo B). Referente agora ao escalão etário das vítimas, a maior percentagem existente é entre os 8-13 anos (69,9%), seguidamente de vítimas com idades entre os 4-7 anos de idade (19,4%), dos 0-3 (7,5%) e sem referência de idade 3,2% do total (Anexo B). Segundo o tipo de relacionamento que o autor tem com a vítima, à semelhança do ano anterior, assim como muita da literatura existente, prevalece o contexto de relações familiares (46,8%), de pessoas conhecidas é a segunda maior prevalência (22,8%), de seguida um relacionamento estreito ambos de assistência de formação, por desconhecido vem depois

(9.6%), por outras pessoas (7.5%) e por fim por relacionamentos não identificados corresponde 9.6% do total (Anexo B).

Relativamente ao contexto nacional, no que concerne aos dados dos relatórios anuais da avaliação da atividade da CNPCJR (Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco), no ano de 2018, as situações de perigo comunicadas às CPCJ (Comissões de Proteção de Crianças e de Jovens), por abuso sexual, representaram 2%, constituindo um aumento de 73 casos em relação ao ano de 2017.

Existem ainda alguns estudos sobre a prevalência desta problemática que envolvem vários países, nomeadamente:

(a) Espanha, onde se constatou uma prevalência de 14.8% no sexo feminino e de 9.7% no sexo masculino (De Paúl, Milner, & Múgica, 1995);

(b) EUA, onde se verificou que 14.2% dos sujeitos do género masculino e 32.3% do género 8 feminino foram vítimas de abuso sexual na infância (Briere & Elliott, 2003);

(c) México, em que se verificou uma prevalência de 19.3% no sexo feminino e de 17.3% no sexo masculino (Pineda-Lucatero, Trujillo-Hernández, Millán-Guerrero, & Vásquez, 2008), e

(d) no Reino Unido, onde foi realizado um estudo em que se constatou que 1 em cada 20 crianças já foi sexualmente abusada (Radford et al., 2011).

Num estudo realizado em 2013 nos EUA, estimou-se que, em média, 1 em cada 10 crianças seriam sexualmente abusadas até aos 18 anos (Townsend & Rheingold, 2013).

CAPÍTULO II – CONTRIBUIÇÃO EMPÍRICA

2. Metodologia

2.1 Proposta de intervenção

Este projeto foi desenvolvido no sentido de melhorar as respostas que a sociedade possui na prevenção dos abusos sexuais de crianças. Consiste num programa de prevenção, mais concretamente, numa ação de sensibilização, apresentada a alunos do 5º e 6º anos de uma escola básica. Tendo em conta o relatório que a APAV apresentou com dados do RASI, e segundo o relatório do SSI, muitos são ainda os casos reportados de abuso sexual de crianças. Esta realidade é alarmante, mesmo tendo diminuído o número de queixas desta tipologia de crime em relação ao ano passado (2017), os números continuam a ser preocupantes. Por isso a urgência prevenir e combater este tipo de crime.

A falta de dados e de informações sobre os locais onde existe maior incidência deste tipo de crime foi de facto um obstáculo para decidir o melhor sítio para implementação deste projeto, mas a prevenção deve ser cultivada a nível mundial, não olhando a zonas, etnias, classes sociais, entre outros fatores. Segundo o relatório do SSI, os dados referentes ao escalão etário das vítimas indicam que estas são crianças com idades compreendidas entre os 8 e 13 anos que sofrem em maior percentagem (69,9%) de abusos sexuais. Segundo Nunes, Caridade e Sani (2018), a escola desempenha um papel crucial na socialização dos jovens, quer através das aprendizagens curriculares, assim como na promoção de competências sociais, fundamentais ao comportamento em sociedade e em grupo. Posto isto, e tendo em consideração todos os aspetos apontados anteriormente, a tomada de decisão do local de implementação, assim como os participantes deste projeto ser numa Escola Básica, mais precisamente na Escola EB Eugénio Andrade (Porto), a alunos do 5.º e 6.º ano.

Por vezes a resistência ou dificuldade em falar às crianças sobre abusos sexuais de crianças prende-se com o facto dos pais, educadores, ou de outros adultos não se sentirem preparados nem formados para abordar esse tema. Partindo então de uma iniciativa educativa, apresentada de uma forma educativa nas escolas, por professores formados nesta área, tornar-se-á talvez mais fácil incutir esta aprendizagem às crianças, não impondo esta carga sobre os pais ou educadores, uma vez que se tratam de profissionais especializados.

Já não é de agora que existe educação sexual nas escolas, foi em 1984 que se falou pela primeira vez neste tema, e em 2009 foi aprovada na Assembleia da República a Lei n.º 60/2009 que estabeleceu o regime da educação sexual em meio escolar, e que constitui o instrumento legislativo mais claro nesta matéria, definindo os objetivos da educação sexual na escola e o seu enquadramento curricular e organizacional. Reafirmando a natureza obrigatória da educação sexual, a lei prevê que cada criança e jovem tenha um mínimo de horas de educação sexual em cada ano de escolaridade – 6 horas nos 1.º e 2.º ciclos e 12 horas no 3º ciclo e ensino secundário.

Em 2012 foram extintas as Áreas Curriculares não Disciplinares – Formação Cívica, Área de Projeto e Estudo Acompanhado, e com a extinção destas áreas criou-se uma barreira significativa à implementação não só da educação sexual, mas das outras componentes do programa de educação para a saúde (RFSU, 2004). No entanto, em muitas escolas, tem continuado a existir projetos de educação para a saúde, gabinetes de educação para a saúde e professores coordenadores de educação para a saúde. Estas atividades fazem-se, muitas vezes, de forma integrada nos horários letivos, e também através de atividades extracurriculares.

Uma vez que nas escolas já é implementada a educação sexual, seria então importantíssimo, juntando às atividades já elaboradas neste âmbito, umas ações de sensibilização sobre abusos sexuais. Assim o presente projeto visa dotar os alunos da Escola EB Eugénio Andrade, juntamente com os professores especializados em educação sexual da mesma, de competências de comunicação e compreensão, preparando-os para de uma forma interativa e educativa perceberem o que são os abusos sexuais, a consciencialização para o dever de denúncia, a capacitação para perceção de situações de abusos sexuais como podem prevenir e comunicar com adultos o que se poderá estar a passar com eles mesmo, ou com familiares ou amigos.

2.2 Objetivo Geral

O presente projeto é um programa de prevenção, tendo como objetivo geral contribuir para o combate dos abusos sexuais de crianças.

2.3 Objetivos Específicos

De uma forma mais específica, pretende-se:

- Compreender o fenómeno do abuso sexual de crianças;
- Identificar os tipos de abusos sexuais e consequências da vitimização;
- Identificar as características e comportamentos dos agressores;
- Identificar as diferentes formas de apoio em casos de abuso sexual;
- Enumerar as entidades de encaminhamento na área do abuso sexual;
- Promover competências para identificar situações abusiva;
- Transmitir às crianças que o abuso sexual não tem de ser segredo;
- Transmitir às crianças conhecimentos e estratégias que, em conjunto com outros elementos da comunidade (pais, professores, entre outros), possam contribuir para a prevenção dos mesmos.

2.4 Método

Esta é a fase mais determinante e importante de um trabalho científico, é o estudo dos métodos e dos instrumentos necessários para a elaboração de um trabalho científico que determina se o estudo feito vai ser concretizado com sucesso ou não. É o conjunto de técnicas e processos empregados para a pesquisa e a formulação de uma produção científica a parte determinante para a chegada ao objetivo esperado. Pois, só depois da delineação da investigação é que mais tarde, teremos a possibilidade de obter as respostas esperadas, assim como posteriormente proceder à escolha da população a estudar.

Será feita primeiramente uma sessão introdutória, dada por dois formadores (um Criminólogo e um Psicólogo), aos professores responsáveis pela lecionação das aulas de Educação Sexual na Escola EB Eugénio Andrade. Onde nesta sessão existem espaços de debate, privilegiando-se a exposição e troca de ideias e experiências entre os intervenientes. Delineando assim, os conteúdos, métodos e atividades a realizar, posteriormente, com as crianças na ação de sensibilização.

Posto isto, será então implementada uma ação de sensibilização, no âmbito das aulas de educação sexual, sobre a temática “Abusos Sexuais”. Com a exposição de conteúdos

explicativos sobre este tema, assim como a apresentação de dois vídeos e um jogo alusivos ao tema, para melhor compreensão das crianças.

Em relação aos vídeos, um explica o que são consideradas partes íntimas, e o direito da criança dizer “não” quando não gosta de algum toque por parte de outra pessoa (<http://defenda-se.com/>). Este vídeo é da campanha Defende-se, lançada em 2014, campanha esta desenvolvida no Brasil, pela Rede Marista de Solidariedade. Esta campanha tem como base o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, especialmente centrada na prevenção, que assegura a realização de ações preventivas contra os abusos, fundamentalmente pela educação, sensibilização e autodefesa. O segundo vídeo (<https://youtu.be/dO-1gi5Ku54>) explica que o abuso sexual não tem de ser segredo, este já desenvolvido pela campanha portuguesa de Prevenção dos abusos sexuais de crianças e jovens, em 2016, pela APAV.

Relativamente ao jogo “Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral”, este foi desenvolvido também em Portugal, por três psicólogas (Agulhas, Figueiredo & Alexandre, 2016), tem como objetivo a prevenção primária, e visa ajudar as crianças e adultos a identificarem uma situação de abuso sexual e pedir ajuda o cedo possível.

Ainda, no fim da ação de sensibilização será aplicado um pequeno questionário, que foi adaptado de Fernandes e Seixas em 2012 e modificado por Alexandre e Agulhas em 2017, às crianças (Anexo C), com o objetivo de avaliar os conhecimentos adquiridos por estas sobre o abuso sexual, assim como a sua opinião sobre a sessão que assistiram. Questionário este que prevê 15 questões de resposta fechada e 6 perguntas de resposta aberta, estas sobre as reações de cada criança perante determinadas situações.

2.5 Participantes

Os participantes a envolver neste projeto serão os professores com especialização em educação sexual da escola, juntamente com os dois formadores (um Criminólogo e um Psicólogo), assim como os alunos do 5.º e 6.º anos da escola. A idade dos participantes (alunos do 5.º e 6.º anos) está compreendida entre os 9 e os 14 anos (tendo em conta que alguns alunos podem ter ficado retidos até dois anos).

2.6 Instrumentos e Materiais

Será necessário recorrer-se a alguns materiais, mas não muito dispendiosos, como um projetor para serem apresentados os conteúdos educativos/formativos em suporte informático, assim como o vídeo. Será ainda preciso investir no jogo mencionado anteriormente, bem como os questionários e algumas fotocópias. Quanto ao local da formação, assim como da ação de sensibilização, esse será numa das salas disponíveis da Escola EB Eugénio Andrade.

2.7 Procedimentos

No que diz respeito aos procedimentos para a realização deste estudo, deverá primeiramente ser garantido o cumprimento das normas de ética partilhadas pela comunidade científica internacional, nomeadamente, a salvaguarda do anonimato, a confidencialidade e o consentimento informado (Anexo D). Começar-se-á por redigir um requerimento à direção da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa devido à submissão do projeto em questão à Comissão de Ética, a qual analisará a necessidade de seguimento para esta.

Seguidamente, será necessária a realização de um pedido de autorização formal à Direção de Serviços da Região Norte (DSRN) pertencente à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) pois esta encontra-se na dependência direta do Ministério da Educação e é dotada de autonomia administrativa, juntamente com o pedido será enviada uma cópia do programa de prevenção em questão, no âmbito da autorização para realização do mesmo na escola selecionada.

Após a resposta positiva da DSRN, enviar-se-á uma carta à direção do Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade (Anexo F), pedindo a colaboração do mesmo e o auxílio na escolha das turmas, pois o programa será realizado nas suas instalações e com os seus alunos, sendo neste sentido necessária à sua cooperação.

Após a resposta positiva da direção do Agrupamento, entraremos em contacto com os encarregados de educação dos alunos menores de idade em questão, para a obtenção do consentimento informado (Anexo G). Neste contacto serão explanados os objetivos e instrumentos gerais do programa, a sua cronologia, e será assegurado o anonimato de cada participante. Será então enviado um documento pelos alunos, requerendo assim a autorização dos mesmos para a participação, ou não, no programa de prevenção.

Posteriormente ao primeiro contacto com a escola, será importante o agendamento de uma reunião presencial para o esclarecimento de qualquer dúvida, tanto da direção como dos professores que irão colaborar na realização do programa. Este encontro servirá também para a requisição de uma sala para a sessão e material audiovisual como retroprojektor, para as apresentações de *PowerPoint* e o vídeo serem perceptíveis na sala toda.

O programa será constituído por 10 sessões de 90 minutos, no decorrer do ano letivo, com periodicidade semanal, que passamos a descrever cada uma delas individualmente:

Ação de Sensibilização

Duração – 90 minutos aproximadamente

Objetivo – Transmitir às crianças conhecimentos e estratégias com o objetivo de combater os abusos sexuais, a consciencialização para o dever de denúncia, a capacitação para perceção de situações de abusos sexuais, entre outros.

Descrição da sessão - Nesta sessão serão apresentados os objetivos do programa, bem como será feita uma abordagem aos abusos sexuais, mais especificamente a crianças em meio familiar. Recorrendo a um vídeo e um jogo interativo e educacional. Será ainda aplicado um questionário, no sentido de tentar compreender o qual foi a perceção e o entendimento da turma perante os conteúdos apresentados ao longo da sessão.

3. Apresentação e Discussão dos Resultados Esperados

No que diz respeito aos resultados, espera-se que com este programa de prevenção, permita a concretização dos objetivos gerais e específicos previamente propostos, sendo estes apoiados pela revisão de literatura realizada no Capítulo I do projeto. No início da sessão, com o pequeno debate com os alunos sobre o que são os abusos sexuais, é esperado que alguns dos participantes tenham ideias distorcidas relativamente aos abusos sexuais, bem como a existência de algumas dúvidas, assim como dificuldades na perceção de situações de abuso. Em relação ao conhecimento que estes têm de poder denunciar os abusos, é esperado que não tenham esse recurso, uma vez que nem terão uma ideia do que são os abusos sexuais. Por outro lado, quando sofrem destes abusos, o medo que lhes é transmitido pelo agressor muitas vezes faz com que os mesmos se inibam de contar a alguém o que se passou.

No fim da ação de sensibilização, é esperada uma apreciação positiva do programa por parte dos participantes. Espera-se, também, contribuir para que as crianças estejam mais cientes do reconhecimento de eventuais situações de abusos sexuais, mas também mais esclarecidas quanto às pessoas ou locais onde podem explicar e ser apoiadas caso estas sofram de algum tipo de abusos, ou, até mesmo no caso de terem conhecimento de alguém que pensa sofrer do mesmo. Neste sentido, já é espectável que os participantes reconheçam a importância de contar para um adulto o que aconteceu, assim como a percepção de que se o fizerem o mais antecipadamente possível, que fará toda a diferença.

Conclusão

Ao finalizar este projeto, ressalta-se mais uma vez que o crime de abusos sexuais é uma problemática que prejudica a vida de muitas crianças, assim como se torna mais evidente a necessidade da existência de mais pessoas, profissionais, entre outros, focados na prevenção e combate deste tipo de criminalidade. É importante referir que a forma como podemos transmitir informações às crianças sobre os abusos sexuais de crianças pode ser um fator decisivo para a sua proteção relativamente aos mesmos. Os programas de prevenção defendem que é tão importante falar às crianças nos abusos sexuais de crianças como nas regras de prevenção rodoviária. Por isso a aposta neste método de prevenção. A informação transmitida às crianças deverá ser fortalecedora e não assustadora, informativa e não irrealista, e é precisamente na forma como transmitimos conhecimentos às crianças sobre os abusos sexuais de crianças que podemos transmitir-lhes conhecimentos que poderão ser muito úteis para a sua autodefesa, combatendo assim a probabilidade de estas sofrerem de abusos sexuais.

Ao longo da construção deste trabalho foi possível, através da revisão da literatura e através da proposta de contribuição empírica, verificar que o abuso sexual de crianças é um tema bastante abrangente e complexo. Importa, contudo, salientar a gravidade da criminalidade em questão, uma vez que, apesar de não estar bem esclarecida para a sociedade, não deixa de causar um grande alarme social e, sobretudo, um grave problema de saúde para estas crianças. Sendo uma das valências dos criminólogos a análise criminológica, isto é, a identificação de problemáticas e seus contextos para se proporem soluções para a redução da frequência de uma forma particular de crime (Associação Portuguesa de Criminologia, 2017), é inevitável afirmar que cabe aos profissionais da área da criminologia prosseguirem com estudos acerca desta problemática e, assim, elaborarem planos de prevenção relacionados com a mesma.

Na proposta de prevenção elaborada neste projeto, o grande objetivo e o que se espera da aplicação da mesma é que as crianças adquiram conhecimentos sobre o tema de abuso sexual, prevenindo assim que sofram destes abusos, ou se passaram ou passarem um dia por uma situação idêntica, que saibam como devem reagir ao sucedido. Concluindo, espera-se que a implementação deste projeto seja uma mais-valia para a prevenção deste crime, uma vez que foi possível perceber que, a nível nacional, há uma

escassez de estudos relacionados especificamente com a prevenção do abuso sexual de crianças.

Referências Bibliográficas

- Aded, N. L. O., Dalcin, B. L. G. S., Moraes, T. M. & Cavalcanti, M. T. (2006). Abuso Sexual em Crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura.
- Agulhas, R., Figueiredo, N., & Alexandre, J. (2016). Jogo de prevenção primária do abuso sexual destinado a crianças entre os 6 e os 10 anos de idade, “Vamos Prevenir! Lisboa: Edições Sílabo.
- Alberto, I. (2000). As consequências do abuso sexual infantil: contributo dos estudos longitudinais. *Psychologica*, 24, pp.119-127. Alberto, I. (2002). Maltrato e trauma na infância. Coimbra.
- Almedina Almeida, A. (1997). Crianças, maus tratos e famílias. In: Frade, A. e Marques, A. (Ed.). Abusos sexuais em crianças e adolescentes: contributos do 1º seminário nacional. Lisboa.
- Almeida, A. C. (2003). Abuso sexual de crianças: Crenças sociais e discursos da Psicologia. Tese de Mestrado em Psicologia da Justiça. Instituto de Educação e Psicologia - Universidade do Minho, Braga.
- Alfaprint, Lda., pp. 49-54. Almeida, A., André, I. e Almeida, H. (2001). Famílias e Maus-Tratos às Crianças em Portugal. Lisboa, Assembleia da República – Divisão de Edições.
- Alvarez, M. J., Marques-Pinto, A., Miranda G., Melo R., Baptista V., Duarte B., Raimundo, R. & Mar co J. (2010). Avaliação do Projecto Integrado para a Prevenção do Abuso Sexual (PIPAS): Estudo preliminar, *Psychologica*.
- Alves, S. M. R. (1995). Crimes sexuais: “Notas e comentários aos artigos 163º a 179.º do Código Penal”. Coimbra: Almedina.
- Andrews, D. A. & Bonta, J. (1994). *The Psychology of Criminal Conduct*. Cincinnati: Anderson Publishing Co. Araújo, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*.
- APAV. APAV lança campanha de prevenção dos abusos sexuais de crianças e jovens. (2017). Disponível em: <https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/1297-apav-lanca-campanha-de-prevencao-dos-abusos-sexuais-de-criancas-e-jovens>. Consultado a: 26-07-2019.

APAV. Apresentação do jogo "vamos prevenir!"- prevenção primária do abuso sexual para crianças. (2016). Disponível em: <https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/1214-apresentacao-do-jogo-vamos-prevenir-prevencao-primaria-do-abuso-sexual-para-criancas>. Consultado a: 26-07-2019.

Belsky, J. (1993). Etiology of child Maltreatment: a developmental – ecological analysis. *Psychological Bulletin*.

Carmo, R. (2000). O menor vítima de abuso sexual: A protecção penal. Comunicação proferida no debate sobre “Abusos Sexual” da Conferencia Europeia sobre “Violência e Promoção da Saúde Mental da Criança e do Jovem. PUERI/Programa europeu Connect.

Carvalho, L. A. S. (2007). A avaliação do testemunho da criança vítima de abuso sexual intrafamiliar no contexto da avaliação forense. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Medicina – Universidade do Porto, Portugal.

Campanha Defende-se. (2014). Disponível em: <<http://defenda-se.com/sobre/>>. Consultado a: 26-07-2019.

Canha, J. (2003). Criança Maltratada. Coimbra, 2^a ed. Edições Quarteto.

Chassan-Taber, L., & Tabachnick, J. (1999). Evaluation of a Child Sexual Abuse Prevention Program. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*.

Código Penal. 2018. Coimbra, Edições Almedina, S.A.

Conte, J. & Berliner, L. (1993). Sexual Abuse Evaluations: Conceptual and Empirical Obstacles. *Child Abuse and Neglect*.

Conte, J. & Berliner, L. (1995). The Effects of Disclosure and Intervention on Sexually Abused Children. *Child Abuse & Neglect*.

Fávero, M. F. (2003). Sexualidade infantil e Abusos Sexuais a Menores. Lisboa: Climepsi Editores.

Finkelhor, D. (1994). The international epidemiology of child sexual abuse. *Child Abuse & Neglect*.

Finkelhor, D., Hotaling, G., Lewis, I. A., & Smith, C. (1990). Sexual abuse in a national survey of adult men and women: Prevalence, characteristics, and risk factors. *Child Abuse and Neglect*.

- Fischer, D. & McDonald, W. (1998). Characteristics of intradamilial and exrafamilial child sexual abuse. *Child Abuse ans Neglect*.
- Garbarino, J. (1991). Not all bad developmental outcomes are the result of child abuse. *Development and Psychopathology*.
- Goldman, J., & Padayachi, U. (1997). The prevalence and nature of child sexual abuse in Queensland, Australia. *Child Abuse and Neglect, The International Journal*.
- Guerra, Viviane Nogueira de Azevedo. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada*. 3ª Edição. São Paulo: Cortez, 1998.
- Habigzang, L., Koller, S. H., Azevedo, G. N. A., & Machado, P. X. (2005). *Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos*. Psicologia: teoria e pesquisa. Brasília.
- Halpérin, D. et al. (1996). Prevalence of child sexual abuse among adolescents in Geneva: results of a cross sectional survey.
- Hewitt, S. (1998). *Assessing allegations of sexual abuse in preschool children: Understanding small voices*, Sage Publications, Thousand Oaks, CA.
- Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*, Edições Quarteto.
- Manita, C. (2003). Quando as portas do medo se abrem: do impacto psicológico ao(s) testemunho(s) de crianças vítimas de abuso sexual In Sottomayor, M.; Silva, A.; Fonseca, A. & Fernandes, L. (Coords.), *Cuidar da justiça de crianças e jovens*. Coimbra. Almedina.
- Marcelino, D. (2017). *Vamos Prevenir! As Aventuras do Búzio e da Coral – Avaliação do Impacto do Jogo de Prevenção do Abuso Sexual em Crianças dos 6 aos 10 Anos de Idade*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia Social e das Organizações – Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.
- Maria, S., & Ornelas, J. (2010). O papel da comunidade na prevenção dos Abusos Sexuais de Crianças (ASC). *Análise Psicológica*.
- Monteiro, D. (2012). *Crimes Sexuais contra Crianças: Pedófilo vs Molestador Sexual*.
- Paine, M., & Hansen, D. (2002). Factors influencing children to self-disclose sexual abuse. *Clinical Psychology Review*.

- Pereira, S. (2014). Abuso sexual: Trajetórias de vida. Dissertação de Mestrado – Instituto Universitário da Maia, Portugal.
- Pinto da Costa, J. (1990). Abuso sexual em menores. Comunicação apresentada na Reunião Científica da Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica. Coimbra.
- Pinto, J. C. F. (2011). Saúde Sexual e Bem-Estar nas Pessoas Com Deficiência Mental. Dissertação de Mestrado, Departamento de Educação – Universidade do Algarve, Portugal.
- Pfeiffer, L. and Salvagni, E. (2005). Visão atual do abuso sexual na infância e na adolescência, *Jornal de Pediatria*.
- Price, J., Islam, R., Gruhler, J., Dove, L., Knowles, J., & Stults, G. (2001). Public Perceptions of child abuse and neglect in a Midwestern urban community. *Journal of Community Health*.
- Quintino, J. and Beluco, A. (2016). O papel do psicólogo no acompanhamento aos agressores sexuais infantis, *Brazilian Journal of Surgery and Clinical Research*.
- Ribau, M. (2014). Abuso sexual intrafamiliar. Projeto de Graduação. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Ribeiro, A. (2018). Programas de Reinserção para abusadores sexuais. Projeto de Graduação. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Roberts, J. (1986). Foresting the Sexually abused child. *Adoption and Foresting*.
- Ruggiero, K., McLeer, S., & Dixon, J. (2000). Sexual abuse characteristics associated with survivor psychopathology. *Child Abuse & Neglect*.
- Sani, A. I. (2018) *Violência Agressão e Vitimação: Práticas para a intervenção*. Edições Almedina. Coimbra
- Santos, S. S. (2011). Uma análise do contexto de revelação e notificação do abuso sexual: A percepção de mães e de adolescentes vítimas. Tese de Doutoramento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Saunders B., Kilpatrick D., Hanson R., Resnick H., Walker M. (1999). Prevalence, case characteristics, and long-term psychological correlates of child rape among women: a national survey. *Child Maltreatment*.

Serafim, A., Saffi, F., Rigonatti, S., Casoy, I. and Barros, D. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças.

Silva, C., Pinto, D. and Milani, R. (n.d.). Pedofilia, quem a comete? Um estudo bibliográfico do perfil do agressor.

Tang, C., & Yan, E. (2004). Intention to participate in a child sexual abuse prevention program: a study of Chinese adults in Hong Kong. *Child Abuse & Neglect*

Taveira, F. (2007). Análise do abuso sexual em crianças e jovens no contexto intra e extra-familiar. Universidade do Porto.

Tower, C. (2002). When children are abused: an educator's guide to intervention. Boston: Allyn and Bacon.

Wakefield, H. & Underwager, R. (1996). Treatment for Perpetrators. Seminar on Child Sexual Abuse, Hungria.

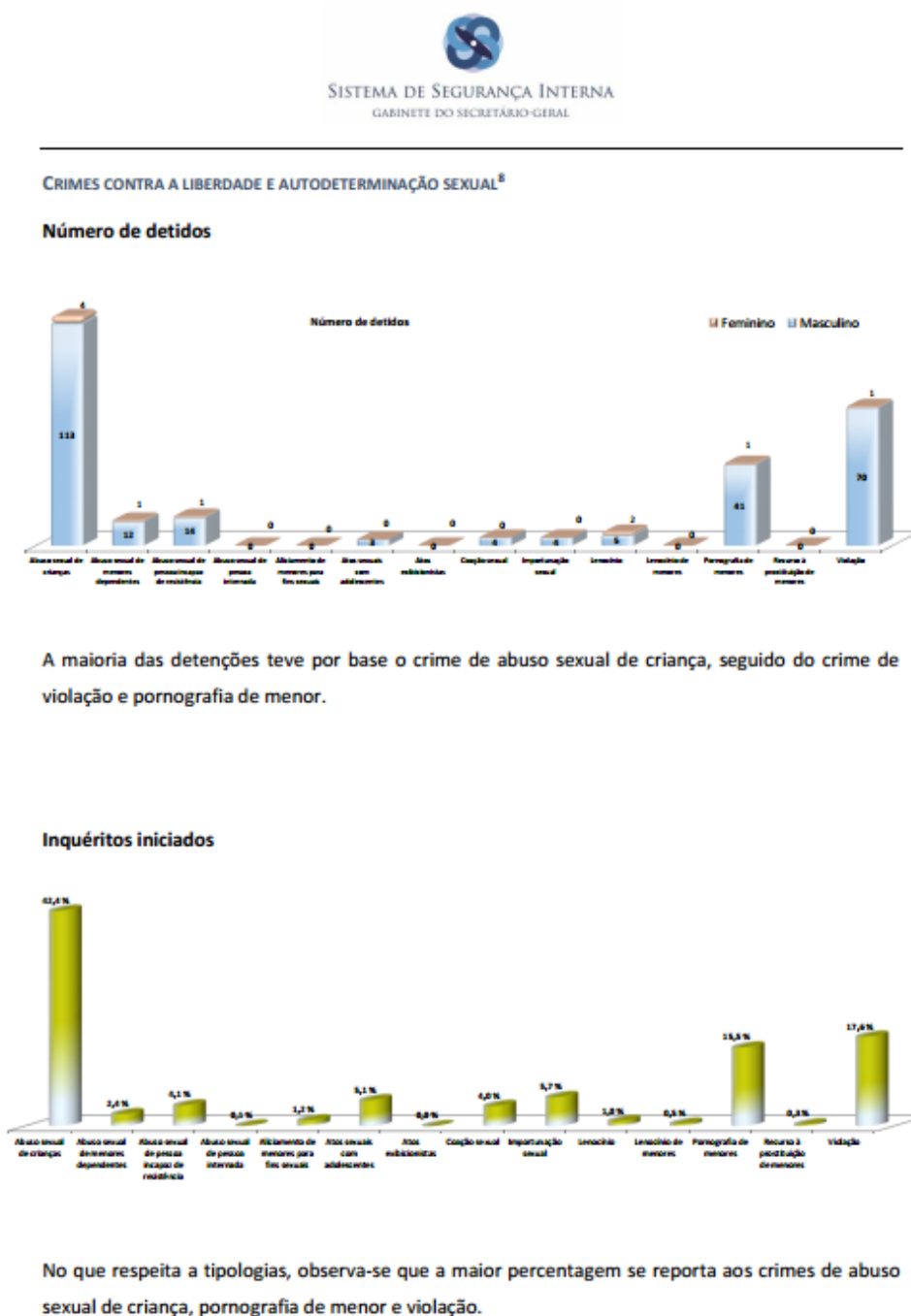
Wellman, M. (1993) Child sexual abuse and gender differences: attitudes and prevalence. *Child Abuse & Neglect*.

Wolfe, A. & Korsch, B. (1994). Witnessing domestic violence during childhood and adolescence: implication for pediatric practice. New York, Wiley.

Wurtele, S., Kast, L., & Melzer, A. (1992). Sexual abuse prevention education for young children: A comparison of teachers and parents as instructors. *Child Abuse and Neglect*.

Anexos

Anexo A – Sistema de Segurança Interna (nº de detidos, inquéritos iniciados)



⁸ Dados P.I.

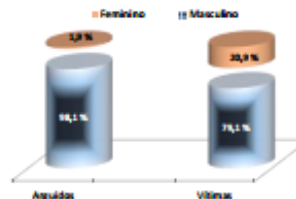
Anexo B – Sistema de Segurança Interna (escalão etário, relacionamento autor/vítima)



SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL

ABUSO SEXUAL DE CRIANÇA, ADOLESCENTE E MENOR DEPENDENTE⁹

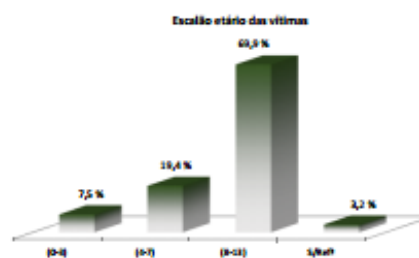
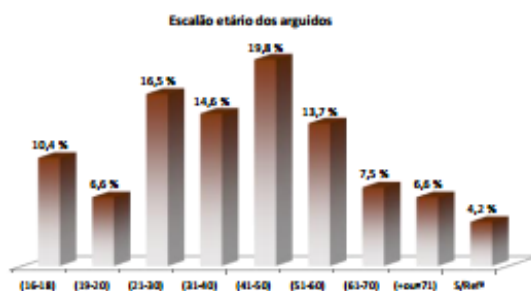
Mantém-se inalterada a incidência de arguidos e de vítimas masculinos.



Arguidos e vítimas por escalão etário

Relativamente a arguidos observa-se predominância no escalão etário 41-50 e índices bastante representativos nos escalões etários 21-30; 31-40 e 51-60.

Relativamente a vítimas observa-se predominância no escalão etário 8-13.



Tipo de relacionamento autor / vítima

À semelhança do ano anterior, prevalece o contexto de relações familiares enquanto espaço social de relacionamento entre autor e vítima.

Os inquéritos sob análise revelam que em algumas situações a investigação ainda não permitiu consolidar dados sobre o relacionamento entre autor e vítima, assim se explicando o elevado número de casos desconhecidos, outros e s/referência.



⁹ Dados PJ.

Anexo C – Questionário das crianças sobre abuso sexual

Anexo A

Questionário das Crianças

Código da criança: _____

Data da aplicação: ____/____/____

Vais encontrar algumas frases que representam as ideias de algumas crianças. Para cada frase gostávamos que nos disseses se achas que é Verdadeira ou Falsa. Para isso, podes colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada.

Verdadeira: 😊

Falsa: 😞

Se não souberes, podes escolher **Não Sei:** 🤔

	😊	😞	🤔
1. Se me perder na rua ou noutro local, devo aceitar ajuda de qualquer pessoa.			
2. Eu posso dizer «Não» a um adulto, se ele fizer alguma coisa que me faça sentir mal.			
3. Quando me sinto mal, devo guardar apenas para mim esses sentimentos.			
5. Se alguém tocar nas partes privadas do meu corpo e isso for uma brincadeira (por exemplo, fazer cócegas), não há problema.			
6. Se uma pessoa de quem gosto muito pedir para eu tirar a roupa e para guardar segredo, devo guardá-lo.			
7. É bom fazer amigos pela internet e poder trocar informações pessoais entre nós (por exemplo, onde vivemos, em que escola andamos).			
8. Se alguém me tocar de uma forma que eu não gosto, mas essa pessoa disser que gosta de mim, então não há problema.			
9. Acho que devo guardar sempre todos os segredos.			
10. Se um adulto/alguém mais velho que eu conheço fizer alguma coisa que me faça sentir mal e pedir segredo, não devo guardar esse segredo.			
11. Tenho que obedecer sempre aos adultos.			
12. Posso marcar um encontro com alguém que apenas conheço através da Internet.			
13. Se alguém me mostrar imagens ou vídeos que não são para a minha idade e me pedir segredo, devo guardar esse segredo.			
14. Se for dormir a casa de um/a amigo/a e alguém me fizer alguma coisa de que eu não gosto, devo dizer não e contar a uma pessoa de confiança.			
15. Se alguém que está a tomar conta de mim disser que me deixa ir para a cama mais tarde mas, em troca, eu devo tomar banho com ele/a, é fixe.			

Vais encontrar agora algumas situações e, para cada uma delas, gostávamos de saber a tua opinião. Apenas tens de colocar uma cruz (X) na resposta que achas mais adequada. Podes responder **SIM, NÃO ou NÃO SEI**.

Para cada situação, pedimos ainda que escrevas o que farias.

1. Imagina que estavas a brincar e magoavas-te nas tuas partes privadas (por exemplo, o rabo) e os teus pais tinham que te levar ao médico:

a) Deixavas que o médico tocasse nas tuas partes privadas?

Sim ☐

Não ☐

Não Sei ☐

b) Se ele mexesse nas tuas partes privadas, o que farias?

2. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para ires a sua casa, para te mostrar um jogo novo e dizia-te para não contares a ninguém.

a) Contavas a alguém?

Sim ☐

Não ☐

Não Sei ☐

b) O que farias?

3. Imagina que um adulto que tu não conheces vinha ter contigo e dizia-te: "Podes ajudar-me a encontrar o meu cãozinho que está perdido aqui no parque?"

a) Avisavas alguém de confiança que ias ajudar aquele adulto?

Sim ☐ Não ☐ Não Sei ☐

b) O que farias?

4. Imagina que estavas a passear e de repente percebias que estavas perdido:

a) Pedias ajuda a um adulto?

Sim ☐ Não ☐ Não Sei ☐

b) O que farias?

5. Imagina que um adulto que tu conheces pedia-te para lhe dares um beijinho numa parte do corpo que tu não gostas.

a) Contavas a alguém da tua confiança o que tinha acontecido?

Sim ☐ Não ☐ Não Sei ☐

b) O que farias?

6. Imagina que um amigo teu te dizia que tens de ter uma rede social (por exemplo, facebook), como ele, para falarem depois da escola:

a) Achas que devias ter uma rede social?

Sim ☐

Não ☐

Não Sei ☐

b) O que farias?

















Antes de acabares queremos ter algumas informações sobre ti:

Sexo: M ☐ F ☐

Data de Nascimento: __/__/____ Idade: ____

Ano de Escolaridade (que frequentas): _____

Muito obrigada pela tua ajuda!

O teu interesse na realização das atividades do jogo foi...	Elevado  <input type="checkbox"/>	Bom  <input type="checkbox"/>	Fraco  <input type="checkbox"/>	Nenhum  <input type="checkbox"/>
Para ti, as atividades realizadas foram...	Fáceis  <input type="checkbox"/>	Normais  <input type="checkbox"/>	Díficeis  <input type="checkbox"/>	Muito díficeis  <input type="checkbox"/>
Quais foram as atividades que achaste mais fáceis de realizar? _____				
E as mais díficeis? _____				
Ficaste com dúvidas sobre algum tema? Qual/quais? _____				
Relativamente à duração, achas que o tempo que demoraste a jogar o jogo foi...	O ideal  <input type="checkbox"/>	OK  <input type="checkbox"/>	Muito longo  <input type="checkbox"/>	Uma "seca"  <input type="checkbox"/>
Se tivesses de dar uma nota ao jogo davas...	Muito Bom  <input type="checkbox"/>	Bom  <input type="checkbox"/>	Fraco  <input type="checkbox"/>	Mau  <input type="checkbox"/>

(Adaptado de Fernandes e Seixas, 2012); modificado por Alexandre e Agulhas, 2017)

Anexo D – Pedido de Submissão à Comissão de Ética

Exma. Senhora
Professora Doutora Inês Gomes
Diretora da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Universidade Fernando Pessoa

Assunto: Submissão de Projeto de Investigação

Eu, Carina Guímaro, aluna do último ano do 1º Ciclo de estudos de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, venho por este meio submeter o meu projeto de investigação para que possa apreciar o mesmo e indagar acerca da necessidade de este ser objeto de avaliação pela Comissão de Ética desta Universidade.

O meu projeto é intitulado de *“Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar”*, e tem como objetivo geral contribuir para o combate dos abusos sexuais de crianças.

Para tal, procedeu-se à criação de um programa de prevenção para ser aplicado numa Escola Básica do Porto, com uma ação de sensibilização, com a duração de 90 minutos, na tentativa de transmitir às crianças conhecimentos e estratégias para combater este crime, a consciencialização para o dever de denúncia, a capacitação para perceção de situações de abusos sexuais.

Sem mais de momento, aguardo deferimento.

Atentamente,

Porto, 25 de julho de 2019

A Aluna,

(Carina Guímaro)

Anexo F – Pedido de colaboração ao Agrupamento de Escolas Emídio Garcia

Exmo. Sr. Diretor Emídio Isaías,
Agrupamento de Escolas Eugénio de Andrade
Porto

Assunto: Solicitação de autorização

O meu nome é Carina Guímaro, sou aluna do último ano do 1º Ciclo de estudos em Criminologia, na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa do Porto.

Como trabalho final para a minha licenciatura, gostaria de desenvolver um programa de prevenção em meio escolar, nesse estabelecimento de ensino, acerca dos abusos sexuais de crianças: intrafamiliar.

Os participantes seriam as turmas do 5º e 6º anos da Escola EB Eugénio de Andrade. Este programa (ação de sensibilização) tem a duração de 90 minutos e tem como objetivos transmitir às crianças conhecimentos e estratégias para combater este crime, a consciencialização para o dever de denúncia, a capacitação para perceção de situações de abusos sexuais, entre outros. Serão garantidas todas as normas de ética, sendo assegurados o anonimato e a confidencialidade dos resultados obtidos e de qualquer informação de que seja necessário o acesso.

Assim sendo, gostaríamos de solicitar a sua colaboração e autorização para a implementação do referido programa.

Em caso de necessidade de prestação de esclarecimentos, ou mais informações, poderá contactar para o número de telemóvel 914979116, ou para o e-mail 35234@ufp.edu.pt.

Porto, 25 de julho de 2019,

(Carina Guímaro)

Anexo G – Consentimento informado/Autorização para participação

Eu _____, encarregado/a de educação do/a aluno/a _____, do ____ ano da turma _____, consinto a participação deste, no estudo intitulado “*Abuso Sexual de Crianças: Uma Proposta de Intervenção em Meio Escolar*” realizado no âmbito da obtenção do grau de licenciatura do curso de criminologia, pela aluna Carina Guímaro da Universidade Fernando Pessoa, e supervisão do Professor Doutor Luís Santos.

Mais declaro ter sido informado dos propósitos e termos em que decorrerá este estudo (Ex. cujo objetivo é transmitir às crianças conhecimentos e estratégias para combater este crime, a consciencialização para o dever de denúncia, a capacitação para perceção de situações de abusos sexuais, entre outros; a duração da ação de sensibilização aproximadamente 90 minutos; sessão baseada em visualização de material informático, visionamento de um vídeo, realização de um jogo educativo e resposta a um questionário), do seu carácter voluntário, dos limites da confidencialidade e das demais questões, tendo-me sido prestados todos os esclarecimentos necessários e requeridos.

Porto, ____ de _____ de _____.

O/A Encarregado/a de Educação,
